

A reutilização de dados públicos enquanto princípio jurídico

As políticas públicas de geoinformação em Portugal e na Espanha

N.º do tema de sessão técnica: N.º. 3 - Gestão e Publicação de Dados

Resumo

A reutilização de dados públicos tem sido uma questão central para impulsionar a inovação, promover a transparência e maximizar o potencial socioeconómico dos dados. Em conformidade com a Diretiva (UE) 2019/1024 sobre dados abertos e reutilização de informação do setor público, recentemente transposta para o direito nacional através da Lei n.º 68/2021, de 26 de agosto, foi publicado o Regulamento de Execução dessa Diretiva (n.º 2023/138) em 20 de janeiro de 2023. Esse regulamento estabelece uma lista de conjuntos específicos de dados de elevado valor e as disposições relacionadas à sua publicação e reutilização.

O principal objetivo da lista de conjuntos de dados de elevado valor é garantir que dados públicos com maior potencial socioeconómico sejam disponibilizados para reutilização com o mínimo de restrições legais e técnicas, evitando o desperdício de recursos com a duplicação de dados públicos, caracterizados como bens públicos imateriais, e se possível de forma gratuita.

Para tanto, analisaremos as políticas públicas de geoinformação em Portugal e na Espanha, com foco na reutilização de dados públicos como princípio jurídico. Serão investigadas as legislações e políticas adotadas nos dois países, identificando suas semelhanças, diferenças e impactos na transparência, eficiência e qualidade dos serviços públicos.

Serão tomadas como pressuposto se e como as disposições estabelecidas estão alinhadas com o que é definido pela Diretiva INSPIRE e suas disposições de execução. Isso demonstra a importância de garantir a interoperabilidade e o acesso a dados geoespaciais de forma reutilizável, que desempenham um papel fundamental em várias áreas, como planeamento urbano, gestão ambiental e desenvolvimento regional.

A metodologia empregada consistirá em uma revisão bibliográfica sobre reutilização de dados públicos, princípios jurídicos e políticas de geoinformação. Serão analisadas as legislações específicas de Portugal e da Espanha, bem como os instrumentos normativos que promovem a reutilização de dados públicos e o acesso a informações geoespaciais. Além disso, será realizada uma comparação entre as políticas adotadas nos dois países, destacando suas semelhanças, diferenças e

potenciais benefícios para um conjunto de segmentos, tais como Planeamento, Urbanismo, Ambiente, Floresta e Mar.

Espera-se que este estudo proporcione uma visão abrangente das políticas públicas de geoinformação em Portugal e na Espanha, evidenciando o papel da reutilização de dados públicos como princípio jurídico. Além disso, busca-se identificar os impactos dessas políticas na transparência administrativa, na eficiência da gestão pública e na qualidade dos serviços prestados à população. Espera-se também destacar as boas práticas adotadas por cada país e as lições que podem ser compartilhadas entre eles.

Buscar-se-á concluir como a reutilização de dados públicos, na qualidade de princípio jurídico, pode ser uma medida essencial para impulsionar a inovação, promover a transparência e fortalecer a participação cidadã. Afinal, com a implementação do regulamento de execução da Diretiva sobre dados abertos e reutilização de informação do setor público, Portugal e Espanha estão avançando na criação de políticas públicas de geoinformação mais robustas, proporcionando um ambiente favorável para a reutilização de dados de elevado valor e impulsionando o desenvolvimento de soluções que beneficiem a sociedade como um todo.

Palavras-chave

Reutilização; Dados públicos; Políticas públicas; Geoinformação; Princípio jurídico; Transparência administrativa; Eficiência da gestão pública; Geodireito

Autores

Luiz Ugeda

lamuges@hotmail.com

Investigador, Escola de Direito da
Universidade do Minho

Isabel Celeste Fonseca

isabel.uminho@gmail.com

Professora, Escola de Direito da
Universidade do Minho

Karine Sanches

kafusanches@gmail.com

Doutoranda, Faculdade de Direito da
Universidade de Coimbra